



As Teorias da Semantização do Acontecimento Jornalístico e a Função do Passado: a construção imaginária do comum nas narrativas da imprensa¹

Eliza Bachega CASADEI²

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)

RESUMO

A partir de uma análise das revistas informativas semanais brasileiras, podemos notar que aproximadamente 70% das reportagens publicadas fazem remissão a algum fato histórico ocorrido ao menos 15 anos antes da veiculação do texto. A partir deste dado, investigaremos neste artigo como a apropriação do passado é uma estratégia importante na semantização do acontecimento jornalístico, uma vez que a História está ligada a estruturas do imaginário que dizem respeito a uma busca – que também é a do jornalismo – de configurar e mediar a temporalidade e o vínculo societário. A partir das teorias da semantização do acontecimento jornalístico iremos discutir como, ao evocar a História, o jornalismo também invoca uma construção do comum.

PALAVRAS-CHAVE

Semantização; Acontecimento jornalístico; Construção do Comum; Usos da História.

1. Introdução:

Em setembro de 1808, um editorial do *Correio Braziliense* definia a tarefa do jornalismo em termos curiosos. Segundo ele, sua missão seria “referir com imparcialidade as *memórias do tempo* e dar todos os dados possíveis ao leitor para ajuizar das *causas* dos acontecimentos e, quando couber na alçada humana, preconizar-lhe as consequências” (*apud* RIBEIRO, 2004, p. 40).

Essa imagem do jornalista como um guardião do tempo e um armazenador da memória coletiva sobreviveu às épocas e é mesmo uma imagem ocasionalmente referida. Fraser Bond (1959, p. 324), por exemplo, ao invocar alguns princípios do jornalismo chega a afirmar que “alguns editores possuem o que se chama de mentefichário”, ou seja, para além de estarem preocupados apenas com o presente, funcionam como arquivos vivos, transmissores e organizadores que são de uma memória coletiva.

A problemática aludida por estes autores remete a uma discussão antiga que nasceu com o próprio termo “memória coletiva”. Logo após o lançamento do livro *Les Cadres Sociaux de la Memoire*, de Maurice Halbwachs, em 1925, o historiador Marc

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), com bolsa CNPq, e graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Também é editora executiva da Revista Anagrama, colaboradora do livro “Palavras Proibidas: pressupostos e subentendidos na censura teatral” e autora do livro “Saiu da História para entrar nas revistas: enquadramentos da memória coletiva sobre Getúlio Vargas em Veja, Realidade e Time”.



Bloch (1998, p. 224) publicou uma resenha em que apresentava algumas críticas baseadas na noção de que o problema do livro estava em ignorar a memória como *uma problemática comunicacional*. Isso porque “para que um grupo social cuja duração ultrapassa uma vida humana se ‘lembre’ não basta que os diversos membros que o compõem em um dado momento conservem no espírito as representações que dizem respeito ao passado do grupo”. Antes de tudo, “é também necessário que os membros mais velhos cuidem de transmitir essas representações aos mais jovens” (BLOCH, 1998, p. 229). E assim, ela está sujeita a derrapagens de sentido, a erros de transmissão, a mal entendidos e até mesmo, a distorções conscientes em torno do passado.

Isso remete ao fato de que as narrativas sobre o passado não estão circunscritas aos professores de história. Significa que a nossa visão do passado é desenhada a partir de diversas fontes, entre as quais a imprensa. As implicações disso não são pequenas e dizem respeito mesmo a noção de que com essa “massa caleidoscópica de fragmentos nós fazemos e refazemos modelos de entendimento que explicam a natureza e a origem do mundo em que vivemos. E fazendo isso, nós definimos e redefinimos o lugar que nós ocupamos no mundo” (MORRIS-SUZUKI, 2005, p. 2).

Diante disso, apresentaremos, neste trabalho, os resultados de uma pesquisa que examinou as narrativas das revistas semanais e interpretativas brasileiras que utilizam dados históricos na composição de suas reportagens. A partir de um levantamento realizado nas revistas *Época*, *Veja*, *Carta Capital* e *IstoÉ* durante o período de Janeiro a Dezembro de 2009, obtivemos que aproximadamente 70% das matérias publicadas faziam remissão a algum evento anterior ao ano de 1995. Isso significa que das 6489 matérias publicadas, 4423 citavam algum evento histórico.

A partir desses números, apresentaremos uma reflexão baseada em autores ligados às teorias da semantização do acontecimento jornalístico para explorar por que as estórias da imprensa – caracterizadas justamente pelo fato de que “o tempo presente não é uma qualidade adicional ao conteúdo, mas o próprio demarcador de sua especificidade em relação aos demais conteúdos” midiáticos (FRANCISCATO, 2001) – utilizam tão frequentemente os dados históricos em suas narrativas.

Para isso, podemos pensar nas especificidades da imprensa neste ato de apropriação do passado, em relação a outros veículos midiáticos. Sorlin (2009, p. 45) chama a atenção para o fato de que a estrutura envolvida na representação do passado de um filme ou de um romance histórico não difere essencialmente do raciocínio implicado nas narrativas que os próprios historiadores impõem a seus estudos. E isso



porque ambos estariam presos às regras e convenções da narrativa clássica.

O jornalismo não. Ele parte de uma apropriação do passado que é diferente na medida em que não se estrutura a partir de um relato fechado em torno do decorrido, mas sim, como apenas um dos elementos de uma estória mais ampla. “Avaliar o peso da História” na imprensa “é penoso na medida em que se trata de uma aplicação lacunar, feito de citações, quase sempre breves” (SORLIN, 2009, p. 46). Como as preocupações centrais do jornalismo estão em torno dos temas da atualidade, o passado aparece quase sempre como um mero detalhe significativo.

A partir destas premissas – que dizem respeito à forma como o jornalismo constrói uma temporalidade imaginária – podemos afirmar que a forma como a imprensa utiliza o passado para explicar as notícias do presente revelaria uma dinâmica própria dos processos de resignificação implicados na transmissão do passado. Investigaremos, portanto, como a apropriação da história é uma estratégia importante na semantização do acontecimento jornalístico, uma vez que a História está ligada a estruturas do imaginário que dizem respeito a uma busca – que também é a do jornalismo – de configurar e mediar a temporalidade e o vínculo societário. Entre os vários aspectos que poderiam ser trabalhados, iremos nos deter na questão de que ao evocar a História, através de um relacionamento específico com o tempo, o jornalismo também invoca uma construção do comum.

2. As narrativas jornalísticas e a construção da temporalidade e do comum

Para Rodrigues (1990), a notícia deve ser entendida como um meta-acontecimento discursivo ou, em outras palavras, como “uma espécie de acontecimento segundo, provocado pela própria existência do discurso jornalístico”. Sendo o acontecimento aquilo que “irrompe acidentalmente à superfície dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo”, o sufixo “meta” da expressão – que significa “para além de” – escancara o fato de que o acontecimento jornalístico sempre será uma espécie de redescritção, de forma que, ao divulgar o fato, sempre se acaba criando um outro na própria tessitura da narrativa.

A partir da noção de que, ao narrar, a notícia constrói mundos (GOMES, 2003), o acontecimento jornalístico poderia ser posto como conjuntos de “artefatos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e resultam de um processo de produção e fabrico onde interagem diversos fatores” (SOUSA, 2002, p. 13).

Uma vez que o jornalismo não pode nunca ser separado da construção de uma



escrita – entendida, aqui, como uma organização de significantes em torno de um evento que conduz da prática ao texto (CERTEAU, 2008) - os artefatos jornalísticos estão mesmo sujeitos a uma determinada estruturação do discurso. Como coloca Certeau, a produção de textos sempre parte de uma combinação bastante específica entre uma *semantização* – ou a “edificação de um lugar de sentidos” – e uma *seleção*, de forma que possa ser ordenada uma *inteligibilidade* por meio de uma *normatividade*.

É por esta característica definidora que o processo informativo-jornalístico sempre remete a um jogo entre a descontextualização de um evento do espaço em que ele é produzido em direção a uma recontextualização a partir de determinadas formas expressivas pré-determinadas. É a isso que Sodré (2009, p. 71) se refere quando coloca que “à emergência da ocorrência ou fato em bruto, segue-se a busca social de sentido para ela e, finalmente, a sua neutralização explicativa pela narrativa do acontecimento”. E assim, ao dotar o evento de determinados sentidos socialmente pré-determinados que, ao narrar também explicam uma situação e impõe uma ordem à irrupção do inesperado, que “a narrativa noticiosa restaura uma falha e confirma a previsibilidade da ordem por meio da inscrição do ocorrido na causalidade do fato social”.

A partir destes subsídios teóricos, podemos entender porque “não há nenhum sentido em falar de acontecimentos em si; só se pode falar de acontecimentos sob descrição” (QUÉRÈ *apud* CHARAUDEAU, 2006, p. 103). E isso evoca o fato de que o acontecimento jornalístico se configura apenas após a passagem por um processo *evenemencial*, ou seja, por um por um mecanismo que, nas palavras de Charaudeau, transforma os acontecimentos que podem ter alguma ancoragem no mundo físico em outra coisa que não uma mera adequação imagética ao referente, na medida em que sua percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo.

O acontecimento percebido que irrompe do *continuum* dos eventos em sucessão, desta forma, se inscreve sempre dentro de uma rede de significações sociais, de modo que ele seja reintegrado em um conjunto de significados já estabelecidos. Existem diversas formas a partir das quais o jornalismo se insere dentro desse jogo das significações sociais. Dentre elas, procuraremos explorar o vínculo societário estabelecido pelo o que é comum a partir do modo com que o jornalismo se relaciona com a temporalidade e com os dados históricos. E, a partir do modo como eles se configuram no jornalismo iremos investigar como o jornalismo, ao evocar a história (e a partir da maneira específica a partir da qual ele lida com a temporalidade) invoca uma construção do comum, de forma que o passado funciona como um modo de inscrever o



fato jornalístico em uma rede de significações sociais, reintegrando-o em um conjunto de significados já estabelecidos.

Alguns autores argumentam que podemos assumir que “o jornalismo não cria o tempo presente, mas atua de forma privilegiada como reforço de uma temporalidade social” de forma que “os eventos jornalísticos não são apenas marcadores simbólicos sobre o tempo presente, mas são definições temporais sobre modos de viver o presente” (FRANCISCATO, 2005, p. 21).

É necessário sublinhar, contudo, que esta temporalidade não é marcada tal como um presente plano. Franciscato (2001) coloca mesmo que a noção de “atualidade jornalística”, só pode ser entendida se ampliarmos o seu significado e não nos restringirmos a uma mera conceitualização do novo. E isso porque a “atualidade jornalística” não se constitui somente como a qualidade temporal de um fenômeno, mas sim, como forma de dotar um conteúdo de determinados atributos que o colocam como um elemento importante na constituição da sociabilidade contemporânea.

O processo de semantização de um acontecimento jornalístico, visto sob esta perspectiva, não abarca somente o tempo presente, mas está diretamente conectado com outros tempos narrativos que acabam por sugerir direcionamentos e atribuir sentidos para o que é relatado. Podemos entrever, por exemplo, uma outra construção temporal bastante comum no jornalismo que, embora seja um pouco menos óbvia, diz respeito a uma certa orientação para o futuro a partir da formação de prognósticos.

Desde o início do jornalismo, seu conteúdo foi construído não somente como uma orientação para o imediato, como a partir da busca de pistas para o porvir. Para Franciscato (2005, p. 108-109), o surgimento da imprensa periódica constrói novos sentidos para a marcação da temporalidade do presente, na medida em que cria um elo entre o início de cada novo dia e os eventos que aconteceram no dia anterior. Assim, isso criaria no leitor a sensação de possuir a cada manhã, “o jornal trazendo um quadro satisfatório de relatos sobre como os eventos se encerraram no dia anterior, o que lhe possibilitaria projetar um cenário das coisas que irão ocorrer no novo dia”.

Partindo da noção de que as notícias participam de um processo de aceleração do tempo, também Virilio (1996, p. 46) contesta a afirmação aparentemente banal de que “a informação é praticamente a única mercadoria que não vale mais nada depois de 24 horas”. Isso porque, para o autor, durante quase todo o século XIX e XX os jornais se preocuparam menos em produzir informações do que em antecipá-las, como se os fatos pudessem ser capturados “em movimento”. E, neste processo, “os jornalistas e



publicitários se entregaram ao perigoso jogo dos prognósticos”. E assim, a *precipitação* e a *aposta em prognósticos* são mesmo valores enredados na produção noticiosa.

John Huxford (2004, p. 31) chega a afirmar que “a popular visão das notícias como crônicas de eventos que aconteceram nas últimas 24 horas talvez ignorem o aspecto mais significativo do processamento de notícias. Em grande parte, a importância das notícias está na maneira como o jornalismo se posiciona na interface entre o passado e o futuro, de onde ele traça as implicações das ocorrências”, preenchendo, desta forma, o que acontecerá depois no evento noticiado.

Neste sentido, o autor pontua que a notícia de um derramamento de resíduos tóxicos em um lago, por exemplo, não teria qualquer significado sem a descrição dos cenários futuros que podem acompanhar este acontecimento a partir do levantamento das possíveis consequências do ato. Mais do que a mera descrição dos fatos, portanto, o jornalismo guardaria uma dimensão a partir da qual ele se entrega a fórmulas de especulação sobre o futuro, uma vez que esta projeção é um componente não desprezível do sentido que será dado a um acontecimento relatado.

É por isso que Marcondes Filho afirma que (2000, p. 67) o jornalismo não age só no plano imediato. “A soma de todos os imediatos diários constrói um contínuo sedimentado na extensão do tempo. Se a essência da técnica é algo de natureza não técnica, a essência do instantâneo é algo, necessariamente, de natureza não-passageira”.

A construção social de sentidos envolta no jornalismo, portanto, está além de uma mera descrição do tempo presente, mas sim, a uma expansão em direção ao passado e ao futuro, de forma que os prognósticos dizem respeito a uma ampliação das funções da imprensa e a uma forma de imprimir direcionamentos de sentido.

É a partir disso que podemos constatar que a construção temporal envolvida no jornalismo não diz respeito tanto à atualidade em si, mas sim, a um presente da ação social, como sublinha Franciscato (2003, p. 285). E isso significa assumir, de uma maneira ampla, que o presente é uma construção social, de forma que os conteúdos compartilhados pelo jornalismo dizem respeito a uma experiência temporal discursiva relacionada a “um tempo de referência da ação coletiva”, de forma que o jornalismo, ao rodear a sociedade de um presente social contínuo, oferece um tipo de conteúdo que é “bastante novo para que nos impressione e bastante velho para que possamos conhecê-lo e comentá-lo” (GOMIS *apud* FRANCISCATO, 2003, p. 336).

Essa problemática remete também a outro aspecto da semantização do fato efetuada pela imprensa que não pode ser ignorado. Ele diz respeito não apenas às



características específicas das construções temporais envolvidas neste tipo de jornalismo, mas sim, às pré-determinações de sentido que necessariamente estão presentes no processo *evenemencial* da produção noticiosa.

Para que possamos discutir este aspecto, precisamos ter em mente que, como sublinha Foucault (1996, p. 22-23), há sempre determinados desníveis entre os discursos, de forma que alguns deles se apresentam como meramente efêmeros, como relatos que “se dispersam e que desaparecem”, como coisas que “‘se dizem’ ao correr dos dias e das relações, discursos que se esquecem no próprio ato que lhes deu origem”. Há, no entanto, um outro nível de discursos que dizem respeito a narrativas maiores que se repetem incessantemente e que fornecem o conteúdo dessas estórias mais efêmeras.

Trata-se de discursos que “estão na origem de certo número de novos atos de fala, atos que os retomam, os transformam ou falam deles, numa palavra, os discursos que, indefinidamente e para além da sua formulação, *são ditos*, ficam ditos, e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1996, p. 22). Eles ajudam a semantizar a irrupção do novo, de forma que o que é dito é sempre acompanhado por estruturas de pensamento que já estão dadas. Visto sob este aspecto, “o novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento do seu retorno” (FOUCAULT, 1996, p. 26).

As ocorrências singulares trazidas pelo jornalismo, dentro dessa perspectiva, estão enquadradas por estas narrativas maiores que lhe fornecem a direção de entendimento e semantizam o fato relatado.

É com este mesmo raciocínio que Teun Van Dijk (1980, p. 248) chama a atenção para o fato de que a novidade presente nos relatos jornalísticos é somente “a ponta de um *iceberg* de pressuposições e, em consequência, da informação previamente adquirida”. E, neste sentido, a produção noticiosa envolveria “grandes quantidades de informação estruturadora, repetida e coerente, que sirva como base para ampliações mínimas e outras mudanças em nossos modelos do mundo”.

Assim como Soares (2001, p. 30) estamos assumindo aqui a proposição de que “ao contrário do que se propaga, o jornalismo não está ligado à busca do ‘novo todo dia’, mas a algo que se repete e, ao se repetir, torna-se uma referência permanente àquilo que faz o comum de todos”. E assim, portanto, é “redundância e novidade, repetição não do mesmo, mas do diverso que, diferente a cada vez, repete uma mesma estrutura”. E assim, sob a ótica dos discursos, “as notícias interessantes não são aquelas absolutamente novas, mas as que repetem alguma coisa e, portanto, articulam-se a uma expectativa, dando continuidade à ‘grande narrativa’ continuamente em inscrição”.



A temporalidade jornalística, portanto, não pode ser separada deste “tempo social”, como coloca Franciscato, ou dessa “referência permanente àquilo que faz o comum de todos”, nas palavras de Soares. É em torno desta construção do comum que gostaríamos de nos deter por um momento.

As funções ligadas à produção noticiosa, vistas sob esta perspectiva, são bem mais vastas do que pode ser suposto à primeira vista. Ao se relacionarem com o tempo não necessariamente a partir da perspectiva do que é atual, embora este seja um dos pontos articuladores destas narrativas, mas principalmente a partir de algo que é repetidamente posto como inédito dentro de um universo de discursos, a produção noticiosa se estrutura mesmo, dentre outras coisas, a partir de construções imaginárias e de mediações em torno de um *comum*. Como coloca Gans (*apud* SOARES, 2001, p. 26), a noção de que a função da imprensa é a de informar o público deveria ser substituída por um conjunto mais amplo de ideias que incorporasse o fato de que “o objetivo primeiro das notícias é derivado do papel dos jornalistas como construtores da nação e da sociedade e como gerenciadores da arena simbólica”.

Sobre esse assunto, Stuart Hall (1993, p. 227) chama a atenção para o fato de que os meios estão entre as atividades que mais fortemente tem suas bases assentadas em uma assunção de um determinado consenso nacional. A partir de uma série de estratégias, é construída uma suposta ilusão de comum na medida em que “quando os acontecimentos são ‘delineados’ pelos *media* em enquadramentos de significado e interpretação, supõe-se que todos nós possuímos e sabemos igualmente como utilizar estes enquadramentos, que eles são extraídos fundamentalmente das mesmas estruturas de compreensão para todos os grupos sociais e públicos”.

Se entendermos a imprensa como um dos atores que formam o espaço público, a noção de que ela remete ao comum passa a se relacionar com os modos em que as representações sociais circulam quando mediadas pela imprensa. Dentro da noção de que as constituições e reconstituições do espaço público devem ser olhadas à luz dos discursos circulantes – entendidos como “uma soma empírica dos enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a ele ligados” (CHARAUDEAU, 2006, p. 118) - as mídias funcionam como uma das formas de publicização do comum.

E desta forma, o jornalista como um produtor de enunciação tem a sua esfera de atuação sempre circunscrita a um contrato de comunicação midiático que se baseia em uma relação de ressonância: “cada um dos parceiros só pode sintonizar provisoriamente



com o outro pelo viés de representações supostamente compartilhadas, as quais, levadas pelos discursos, circulam por entre os membros de uma determinada comunidade cultural” (CHARAUDEAU, 2006, p. 125). Este comum trazido pelos discursos circulantes tem na imprensa, portanto, um de seus meios privilegiados de mediação.

Ele está relacionado mesmo, com o fato de que as mídias têm como efeito primeiro o ato de *trazer à visibilidade* (GOMES, 2003, p. 75). E isso significa algo mais profundo do que mostrar algo: “trazer à visibilidade é (...) mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível”. É a partir deste ponto de convergência entre os discursos e as disciplinas, que o jornalismo constrói certo comum, na medida em que as notícias procedem por redundância, “pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem” (DELEUZE e GUATTARI *apud* GOMES, 2003, p. 65).

Estando sempre ancorado em um comum, o processo *evenemencial* pressupõe mesmo esse chamado aos significados socialmente compartilhados, de forma que a construção temporal das notícias está mesmo sempre assentada em repetições de discursos que se mostram sob novos eventos.

Isso posto, podemos voltar a nossas preocupações iniciais e nos perguntar: *o que pode a História nos dizer acerca da construção imaginária do tempo e da construção imaginária do comum?* Seguindo essa pista, procuraremos delinear por que as narrativas jornalísticas utilizam tão frequentemente dados históricos nas construções das estórias.

3. O passado e o reforço da construção do comum nas narrativas jornalísticas

Que o passado se configure como uma das fontes do comum – especialmente ligado às demandas de construções identitárias - é um assunto que já foi trabalhado por muitos autores e pode ser resumido por uma máxima que envolve uma circularidade fundante: “quem somos depende de quem fomos” e, mais do que isso, “quem pensamos que fomos depende de quem pensamos ser” (BURKE, 1995, p. 93). Se preferirmos as palavras de Pollak (1989, p. 3), poderemos dizer que o passado, “ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais”.

Essas construções do passado dizem respeito mesmo a objetivações de discursos fundantes na medida em que, de uma forma geral, atuam não só como um fator de



coesão dos grupos, mas como um organizador das relações sociais, na medida em que marcam o lugar respectivo e a complementaridade entre os grupos e as instituições sociais, bem como as oposições irreduzíveis, fornecendo, assim, quadros de referência.

O passado, dentro dessa perspectiva é uma fonte importante de informações estruturantes que funcionam como essas narrativas que são incessantemente repetidas dentro de novos eventos. Ele diz respeito, ao mesmo tempo, a uma espécie de conjunto de inventários de discursos e a uma forma de se olhar para o futuro em busca de prognósticos. Mais do que isso, como coloca Hobsbawm (2005), mesmo para sociedades nas quais o decorrido é visto como dessemelhante ao atual, o passado ainda serve como uma fonte de justificação para determinadas imagens de mundo.

A questão das significações do passado não pode ser dissociada - uma vez que a história está correlacionada intimamente a práticas sociais – do problema que concerne ao o que as pessoas esperam obter deste passado. De acordo com Eric Hobsbawm, durante a maior parte do passado humano, ou pelo menos até o século XVIII, supunha-se que ele tivesse a capacidade de nos dizer como uma sociedade qualquer deveria funcionar. O passado era mesmo o modelo para o presente e para o futuro.

A questão se torna potencialmente mais complexa quando o passado e o futuro deixam de ser vistos como semelhantes. Com isso, modifica-se a relação passado-futuro, uma vez que a História deixa de ser vista somente um inventário de exemplos, para funcionar também como um campo de conhecimento para a situação presente a partir de parâmetros completamente novos, uma vez que a temporalidade se articula como *continuum*. Entendida como singular coletivo, ela possibilita extrapolações mais ou menos sofisticadas que buscam pistas no processo de desenvolvimento dos acontecimentos no passado como forma de tentar delinear o que está por vir. A História vira mesmo um mecanismo reconhecido de previsão do futuro.

É com base nesta ordem de pensamentos que Hobsbawm pode atestar a aporia fundamental de que quanto mais embebidos estamos nos ideais de inovação e de mudança contínua, mais firmemente nos apoiamos na história para descobrir como essas alterações se darão.

Dentro desta perspectiva geral, podemos entender como a imprensa articula a semantização do presente com o decorrido e com o porvir. Ao remeter ao comum posto pela História, o jornalismo está também conjurado com uma construção temporal que projeta determinadas expectativas em torno do que a história pode nos dizer acerca do presente e do futuro – expectativas estas que ultrapassam o trabalho jornalístico e dizem



respeito mesmo aos modos pelos quais o homem imprime sentido ao mundo.

Se o processo *evenemencial* que constitui a notícia, conforme colocamos anteriormente, diz respeito a um mecanismo a partir do qual o fato bruto passa por um processo de semantização a partir do qual há uma recontextualização do evento através da inscrição deste em uma rede de significações temporais, o recurso à história é uma maneira eficiente de se mobilizar este conjunto de significados já estabelecidos.

A partir disso, podemos entender que esta semantização temporal pode acontecer de duas formas. Também no jornalismo podemos notar um cruzamento complexo entre as inscrições históricas que dizem respeito a um uso antiquado ou experimental da História - a partir do qual um conjunto de referências do passado serve como um modelo que fornece o molde de entendimento para o presente e há a pressuposição de uma similaridade entre eles – quanto a partir de construções que articulam o presente como um passado em processo de se tornar atual e que se concentra nos possíveis desdobramentos futuros dos acontecimentos através de prognósticos.

Quando as narrativas jornalísticas estabelecem uma relação explícita entre uma crise do passado e um dilema do presente, como coloca Edy (1999), esse uso experimental da História funciona como um poderoso articulador de sentidos na medida em que circunscreve não apenas a natureza do problema relatado, como também delimita julgamentos: os agentes responsáveis, as possíveis resoluções e os padrões através dos quais as soluções propostas podem ser normativamente julgadas. Essas aproximações funcionam mesmo como poderosos símbolos e ícones noticiosos, na medida em que fornecem as direções de entendimento em torno de um fato³.

Trata-se de uma problemática que também pode ser estendida para os momentos em que há esta outra construção do tempo, que toma a forma de um passado que está em processo de se tornar presente. E isso porque, em narrativas jornalísticas deste tipo estão circunscritos não apenas os “modos a partir dos quais chegamos até aqui”, mas, de uma maneira mais ampla, há a delimitação de quais aspectos (ou quais partes do passado) seriam relevantes para o entendimento de uma determinada temática. E, em última instância, esses pontos escolhidos são completamente arbitrários.

³ Como exemplo deste tipo de uso da História, podemos citar como exemplo a reportagem de *Veja* que dizia, a respeito da compra de ativos podres dos bancos na época da crise econômica mundial que: “Exemplos de países que se meteram em enrascadas semelhantes ensinam que, sem sanear os bancos, não se vislumbra uma recuperação econômica duradoura. Basta olhar para o Japão, o grande fantasma que paira sobre os Estados Unidos. Depois do estouro de sua bolha, no fim dos anos 80, os japoneses injetaram trilhões de ienes na economia, mas procrastinaram por uma década o saneamento dos bancos: o país fez obras desnecessárias, endividou-se cada vez mais, e ainda assim não emergiu da letargia – justamente porque os bancos permaneceram insolventes” (VEJA, 18/02/2009, p. 72).

Como coloca Hannah Arendt (2007, p. 123), quando a ocorrência particular deriva a sua inteligibilidade de um todo (fornecido por um modelo de desenrolar dos fatos da história) há um problema fundamental relacionado ao fato de que podemos tomar *qualquer* hipótese e agir sobre ela “com uma sequência de resultados na realidade que não apenas fazem sentido, mas *funcionam*”. É como se estivéssemos brincando com alguma espécie de jogo de escolha os pontos – pontos estes que serão escolhidos já em função de pré-julgamentos e de ideias a partir das quais se busca convencer. Mais do que isso, pontos que, ao serem colocado em uma ordem, farão sentido e delimitarão os contornos de entendimento em torno do relatado⁴.

E “isso significa, de modo absolutamente literal, que tudo é possível”, na medida em que “qualquer ordem, qualquer necessidade, qualquer sentido que se queira impor fará sentido. Essa é a mais clara demonstração possível de que, sob essas condições, não há necessidade, nem sentido” absoluto (ARENDR, 2007, p. 125).

Esse mecanismo é expandido se pensarmos que o futuro é também um dos tempos de semantização dos fatos na imprensa e, paradoxalmente, em grande parte, é a história que fornece os conteúdos para que essas projeções possam ser delineadas. É este jogo de escolha os pontos que muitas vezes articulam os prognósticos possíveis e, por conseguinte, estabelece um julgamento em torno das soluções propostas.

Podemos aludir também ao fato de que o passado se constitui como um discurso fundador dentro das narrativas jornalísticas, que dá conteúdo e molda os enunciados, funcionando mesmo, como expõe Maingueneau (2008, p. 38) como um mecanismo de associação entre “o trabalho de *fundação* no e pelo discurso” e a “determinação de um lugar associado a um *corpo de enunciadorees consagrados* e uma gestão da *memória*”.

É diante deste recurso aos eventos supersignificados do passado que estão ligados mesmo às formas como identitariamente enxergamos o presente, que podemos entender por que a História se posiciona, dentro das narrativas jornalísticas, neste lugar dos discursos que se repetem ou, mais corretamente, que são repetidamente postos como inéditos dentro de um universo de discursos. De forma mais específica, é o que nos

⁴ Podemos encontrar esse tipo de uso da história facilmente em fragmentos biográficos de retratados, que delimitam um julgamento em torno de uma ação. Em 12/01/2009, a revista *Época* publicou uma reportagem que continha a opinião de diversas personalidades acerca do caso Battisti. Ao lado de um quadro que continha a fala de várias delas e no qual Fernando Gabeira, consultado, respondia “é uma injustiça. Nos livros ele afirma que não cometeu os crimes”, a reportagem acrescenta a seguinte informação: “integrante da equipe de guerrilheiros que sequestrou o embaixador Charles Elbrick, o deputado Fernando Gabeira é um aliado de Battisti” (ÉPOCA, 12/01/2009, p. 38). Isso também pode ser encontrado em matérias que remetem às origens de determinadas questões, como ficou claro nas matérias que falavam sobre o fim da obrigatoriedade do diploma para os jornalistas: “a origem da questão está na ditadura, que inventou uma armadilha para tirar os excedentes das calçadas. (...) Era inevitável, (...) que uma lei de claro teor fascista se tornasse letra morta em um país que pretende ser democrático” (CARTA CAPITAL, 08/07/2009, p. 8).

permite entender como os dados do passado são mobilizadores de inventários de discursos ligados às práticas representacionais a partir das quais nós fazemos ver o comum, na medida em que eles inscrevem o fato jornalístico em uma rede de significações sociais, reintegrando-o em um conjunto de significados já estabelecidos.

É em torno desta linha que Saliba (2007) atesta que as mídias estão repletas de imagens-históricas-ônibus (de *omnibus*, isto é, feitas para todo mundo, extremamente familiares, crivadas de lugares comuns), respaldando uma visão canônica da histórica. Por canônica, o autor se refere “àquelas imagens-padrão ligadas a conceitos-chaves de nossa vida social e intelectual. Tais imagens constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva”, de forma que as identificamos rapidamente (SALIBA, 2007, p. 88).

Elas dizem respeito a relances do passado que, de uma maneira geral, não entram em disputa, nem dividem, na medida em que formam um consenso difuso e não polemizam em torno de um entendimento padrão da temática retratada. Para Saliba, é justamente porque estas imagens do passado são familiares o suficiente é que elas são veiculadas, mobilizando, assim, apenas valores já consensualmente postos.

Esta imagem consensual que caracteriza os lugares de memória na imprensa também é trabalhada por Carolyn Kitch, quando a autora atesta, após estudar em torno de sessenta revistas americanas, que as narrativas históricas postas, embora fossem bastante diferentes entre si, sempre reativavam um mesmo tipo de discurso que dizia respeito aos modos de vida e às questões identitárias que uniam a nação. Eram narrativas que fomentavam a formação de um *communitas*. Tomando como pressuposto o fato de que o passado é capaz de resgatar certas situações de liminaridade que modificam as relações sociais normais, unindo as pessoas a partir da reafirmação dos laços comunais, a mídia, enquanto elemento da cultura, seria capaz de criar tais situações através da reencenação dessas situações-limite. Isso, de uma forma ampla, acaba por realocar o próprio papel do jornalismo. Mais do que um mero mediador de informações, ele se colocaria mesmo como um representante dos interesses compartilhados, em uma espécie de cerimônia que une as pessoas em torno de uma série de valores consensualmente aceitos e ligados à reafirmação dos laços sociais.

Considerando esse processo de inteligibilidade do tempo e da função da história, podemos entender como o passado funciona, dentro das narrativas jornalísticas, como um mobilizador de inventários de discursos que inscreve o evento particular dentro de um quadro de significações gerais. Funciona como uma forma de argumentar em favor



de um determinado entendimento a respeito dos eventos do presente tanto a partir deste recurso ao que é comum quanto através da construção de um quadro de prognósticos que tentam delimitar os efeitos ou implicações do que está sendo noticiado.

E isso diz muito a respeito da necessidade do jornalismo pela história e nos informa algo sobre a grande quantidade de material histórico evocado nas reportagens das revistas informativas. Neste sentido, somos obrigados a concordar com Michael Schudson (1987, p. 84) quando ele coloca que “perguntar ‘isto é notícia?’ não significa perguntar somente ‘isto acabou de acontecer?’. É perguntar ‘isto significa algo?’. E essa questão não pode ser respondida sem serem feitas algumas suposições sobre a História”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDETT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BLOCH, M. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOND, F. F. **Introdução ao Jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1959.

BURKE, P. **A Arte da Conversação**. São Paulo: UNESP, 1995.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

EDY, J. Journalistic Uses of Collective Memory. **Journal of Communication**, v.49, n.2, 1999.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCISCATO, C. E. **A Fabricação do Presente**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2005.

GOMES, M. R. **Poder no Jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

HALL, S. A produção social das notícias: o mugging nos media. In TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

HOBBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



HUXFORD, J. **It's the end of the world as we know it: journalism and the prediction of catastrophe**. Tese de doutorado apresentada à Universidade da Pensilvânia, 2004.

KITCH, C. **Pages from the Past**. North Carolina: The University of North Carolina, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábol Editorial, 2008.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MORRIS-SUZUKI, T. **The Past withing us: media, memory, history**. London: Verso, 2005.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, n.3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, L. **Imprensa e Espaço Público**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

RODRIGUES, A. O Acontecimento. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n.8, Lisboa, 1988.

SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e a História. In CAPELATO, M. H. et alli (orgs.). **História e Cinema**. São Paulo: Alameda, 2007.

SCHUDSON, M. "Deadlines, datelines and History". In SCHUDSON, M. e MANOFF, R. K. **Reading the News: a pantheon guide to popular culture**. New York: Pantheon Books, 1987.

SOARES, R. L. **Imagens veladas: aids, imprensa e linguagem**. São Paulo: Annablume, 2001.

SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SORLIN, P. Televisão: outra inteligência do passado. In NÓVOA, J. et alli (org.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: UFBA, 2009.

SOUSA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

VAN DIJK, T. **La Noticia como Discurso**. Barcelona, Paidós.

VIRILIO, P. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.